



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

C.N.P.J. (M.F.) 01.613.765/0001-60

## PROJETO DE LEI nº 046/2014

CÂMARA MUNICIPAL  
Sexta-feira, 04 de outubro de 2014  
Pauta: 046/2014  
Data: 31.12.2014  
Assinatura

Súmula: Institui o programa de Recuperação Fiscal de Carambeí – REFISC – 2014 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ ESTADO DO PARANÁ, APROVOU  
E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

### LEI

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Carambeí – REFISC – 2014 destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrente de débitos relativos a tributos devidos até a data de 31.12.2013, constituídos ou não, inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

**Art. 2º** - Os débitos tributários poderão ser parcelados em até 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais e sucessivas.

**§ 1º** - O valor das parcelas não poderá ser inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) VRM – Valor de Referência do Município.

**§ 2º** - O limite fixado no parágrafo anterior é o valor a ser pago por contribuinte e não por indicação fiscal ou por tributo.

**§ 3º** - Os contribuintes com débitos tributários já parcelados poderão aderir ao REFISC, deduzindo-se do número máximo fixado no "caput" deste artigo, o número de parcelas vencidas até a data de adesão e dos honorários advocatícios, suspendendo-se a execução até quitação do parcelamento.

**§ 4º** - A primeira parcela deverá ser paga no ato do parcelamento.

**Art. 3º** - O débito tributário objeto do parcelamento sujeitar-se-á





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

C.N.P.J. (M.F.) 01.613.765/0001-60

**Art. 9º** - O recebimento de débitos fiscais constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva, poderá ser feito pela Secretaria Municipal de Finanças, após comprovado o pagamento de encargos judiciais.

**Art. 10º** - Encaminhada a certidão de dívida ativa para cobrança executiva, cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado de execução e pelas autoridades judiciais.

**Art. 11** - Serão cancelados, mediante despacho do Secretário Municipal de Finanças, com anuênciia do Prefeito Municipal, os débitos fiscais:

I – prescritos

II – de contribuintes que hajam falecido sem deixar bens ou deixando bens de valor irrisório;

III – julgados improcedentes em processos regulares.

Parágrafo Único – Os cancelamentos serão determinados de ofício ou a requerimento da pessoa interessada.

**Art. 12** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARAMBEÍ – PR  
EM 29 DE OUTUBRO DE 2014.

  
OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Art. 5º** - Na hipótese de pagamento de débitos vencidos e não executados judicialmente, poderá ser concedida redução de multas, segundo o seguinte escalonamento:

I – pagamento em parcela única, redução de 75% (setenta e cinco por cento).

II – pagamento em até 06 (seis) parcelas, redução de 50% (cinquenta por cento).

III – pagamento em até 12 (doze) parcelas, redução de 25% (vinte e cinco por cento).

**Art. 6º** - O parcelamento será revogado:

I – pela inadimplência, por 03 (três) meses, consecutivos ou não, do pagamento integral das parcelas;

II – pela inadimplência do pagamento de imposto relativo a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo.

Parágrafo Único – A revogação do parcelamento implicará na exigência do saldo do débito tributário, com todos os acréscimos legais, através de inscrição em dívida ativa e consequente cobrança judicial.

**Art. 7º** - O prazo para adesão ao REFISC encerrar-se-á em 12.12.2014.

**Art. 8º** - O REFISC não alcança débitos relativos ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.

